

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL DO GRUPO
AMIGOS DE LISBOA

ANO XVI — N.º 64



OUTUBRO DE 1953

PARA ENTREGA IMEDIATA



ASPIRADORES—ENCERADORAS
FRIGORÍFICOS
MÁQUINAS DE COZINHA

HIDRO-EXTRACTORES
MÁQUINAS DE LAVAR

ELECTROLUX, LIMITADA
LISBOA — COIMBRA — PORTO

PORTO DE LISBOA

(Administração Geral)

AREAS — Molhada 11.150 hectares; terrestre utilizável 2.000 Ha. sendo 10 Ha de área coberta.

VIAS FÉRREAS — Superior a 50 km. de comprimento ligadas à rede ferroviária do País.

CAIS ACOSTAVEIS — Comprimento total de cerca de 13 km.

DOCAS SECAS — Cinco de comprimento entre 42 e 180 metros.

DOCAS DE ABRIGO — Sete, com 45 Ha. de área molhada total.

CARREIRAS DE CONSTRUÇÃO — Três, respectivamente ccm 87, 120 e 150 metros de comprimento.

OFICINAS DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL — Amplas e convenientemente aparelhadas.

GUINDASTES — Hidráulicos, a vapor e eléctricos, terrestres e flutuantes, cuja potência elevatória varia de 1.500 kg. a 100.000 kg.

MATERIAL MARÍTIMO — Rebocadores, dragas, barcos de água e batelões diversos, cilindros impulsores, etc.

WARRANTS — Faculdade de emitir warrants, nos termos do Código Comercial.

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PORTO DE LISBOA

CAIS DO SODRE

Telefs. 25001/3 e 25655/6

Endereço Telegráfico PORTISBOA

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA



FOTÓLITO
DESENHO

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 21368 21227



Camilo Castelo Branco

O mais apreciado e o mais português
de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras
em 80 volumes

Conheça, Leia, Aprecie Divulgue

CAMILO

EDIÇÕES DA

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

RUA AUGUSTA, 44 a 54

Telef. 31730 End. telegr. PARCEPEREIRA

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, L.^{DA}

TEL. P.B.X. FAIANÇAS TELEG.
2 4958 DE LOIÇA
2 3902 FANTASIA LISBOA

E DE USO DOMÉSTICO
LOIÇA SANITARIA E
DE GRÉS CERAMICO
AZULEJOS-MOSAICOS

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO

R. CARMELITAS, 40
Tel. 22033

COIMBRA

R. DR. RODRIGUES, 23
Tel. 3546

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos,
para bem servir os fumadores

AMIGOS DE LISBOA

EDIÇÕES

	PREÇOS PARA os sócios e público	
A Cor de Lisboa	10\$00	12\$00
Noite de evocação do Leão de Ouro	9\$00	10\$00
«Olisipo»	8\$00	10\$00
Urbanização de Lisboa	4\$00	5\$00
A. VIEIRA DA SILVA		
A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças	9\$00	10\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	9\$00	10\$00
Os Paços dos Duques de Bragança	9\$00	10\$00
ALFREDO DA CUNHA		
Olisipo, berço do periodismo português	9\$00	10\$00
ANTÓNIO R. DA SILVA E SOUSA		
A Igreja e o sítio de Santo Estêvão ...	9\$00	10\$00
Bagatelas do tempo vário	4\$00	5\$00
O Campo de Santa Clara	9\$00	10\$00
Ronda e Silva de Lisboa velha	4\$00	5\$00
AUGUSTO CASIMIRO		
Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA		
Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett	9\$00	10\$00
F. A. GARCEZ TEIXEIRA		
A Irmandade de S. Lucas	9\$00	10\$00
LUÍS MOITA		
Ermida de Santo Amaro	9\$00	10\$00
LUÍS PASTOR DE MACEDO		
Ascendentes de Camilo	13\$50	15\$00
LUÍS TEIXEIRA		
O «Diário de Notícias» no século XIX	4\$00	5\$00
MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO		
A Igreja e o Convento da Graça	9\$00	10\$00
NORBERTO DE ARAÚJO		
Pequena monografia de S. Vicente	9\$00	10\$00
RUY DE ANDRADE		
Como o artista Alfredo de Andrade encarava os problemas da edilícia cidadina	4\$50	5\$00

CONSIGNAÇÕES

	PREÇOS PARA os sócios e público	
EDUARDO NEVES		
Lisboa na Numismática e na Medalhística	13\$50	15\$00
FERREIRA DE ANDRADE		
Relação das casas foreiras	22\$50	25\$00
Senado da Câmara e a Guerra civil	27\$00	30\$00
Três touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
Palácios Reais de Lisboa	45\$00	50\$00
Guia Olisipo — Lisboa 1.º e 2.º ... c/	7\$20	8\$00
GILBERTO MONTEIRO		
Esboco histórico do Hospital Militar de Belém	18\$00	20\$00
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA		
Auto de S. João	4\$50	5\$00
Lisboa (comédia)	18\$00	20\$00
HENRIQUE LINHARES DE LIMA		
Vultos e Sombras medievais	45\$00	50\$00
HUGO RAPOSO		
Primeiro Circuito de Lisboa Moderna em Transporte Colectivo	9\$00	10\$00
JOÃO PINTO DE CARVALHO (Tinop)		
Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols. cada	9\$00	10\$00
JOAQUIM ROQUE DA FONSECA		
A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
JULIETA FERRÃO		
Lisboa, 1870	9\$00	10\$00
LUÍS PASTOR DE MACEDO		
A Baixa Pombalina	6\$80	7\$50
A Rua das Canastras	7\$20	8\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé	6\$80	7\$50
LUÍS TRINDADE		
Janelas de Alfama	18\$00	20\$00
MÁRIO COSTA		
Da Rua Nova à Rua dos Capelistas	18\$00	20\$00
MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO		
Do Sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém	45\$00	50\$00
ROQUE GAMEIRO		
Lisboa Velha	162\$00	180\$00
RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ		
Subsídios para a Heráldica Tumular moderna olisiponense	45\$00	50\$00

E AS EDIÇÕES CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, DA ANTIGA IMPRENSA DE COIMBRA E DA IMPRENSA NACIONAL

E. Pinto Basto & C.^a L.^{da}

LISBOA

**TRANSPORTES MARÍTIMOS
E AÉREOS**

CARVÃO

SEGUROS

**REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)**

EXPORTAÇÕES

TRANSITÁRIOS, ETC. ETC.

no PORTO

KENDALL, PINTO BASTO & C.^a, L.^{da}

Secções de Tipografia, Encaderna-
ção e Pautação. Trabalhos simples
e de luxo

**PAPELARIA
≡ CAMÕES ≡**

DE

**AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,
LIMITADA**

Pincéis, telas e tintas de óleo, para
aguarela, desenho e guaches das
marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan
e Schmincke



42 — Praça Luís de Camões — 43
Telef. 23063 — LISBOA

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e
Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e
Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões,
Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confec-
cionadas e a retalho. Retrosaria, Luvária, Perfumaria
e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Pérola do Rocio, L.^{da}

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas, para todo o país e estrangeiro

Rocio, 105 - LISBOA

Telefone 20744



AMIGOS DE LISBOA

PREFIRAM PARA OS
VOSSOS CONTRACTOS
A CONHECIDA
COMPANHIA INGLESA
DE SEGUROS

LEGAL & GENERAL

QUE REPRESENTA
UMA GARANTIA DE
180 MILHÕES
DE LIBRAS

Rua do Alecrim, 38, 2.º — LISBOA

OURIVESARIA DA GUIA

FUNDADA EM 1875

JOIAS ♦ OURO ♦ PRATA ♦ RELÓGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 — Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 — LISBOA

Oferta

27. JUL. 1953

M.

LISBOA

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XVI

OUTUBRO DE 1953

NÚMERO 64

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

Edição e Propriedade de

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administ.: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º — Telefone 2 5711

Comp. e imp. na «Editorial Império, Lda.» — Rua do Salitre, 151/155



SUMÁRIO

	Pág.
Santa Marta de Lisboa numa Carta-Memorial de 1605, por Mário Nunes Costa	195
A Bemposta (O Paço da Rainha), por Luís Moita	202
Visita de Estudo ao Concelho de Alemquer, por Luciano Ribeiro	207
Passeio no Tejo, em Julho de 1953 (Palestras dos srs. Eng. Álvaro Lima e Dr. Francisco Câncio)	213
Feira da Ladra	222

NA CAPA — Porta principal do Palácio Azurara no Largo das Portas do Sol

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

SANTA MARTA DE LISBOA

NUMA CARTA-MEMORIAL DE 1605

pele DR. MÁRIO NUNES COSTA

EM carta datada de 30 de Setembro de 1605 ⁽¹⁾, fala Lourenço Dias Correia em Diogo Botelho, o «Velho», doador de chãos para o Mosteiro de Santa Marta de Lisboa, e em Diogo Botelho, o «Moço», o que fora para o Brasil e tinha por cunhado a Pedro Álvares Pereira.

Expedida de Campolide, recebeu-a a 19 de Novembro seguinte outro Diogo Botelho, neto do primeiro e servidor que fora do rei D. António ⁽²⁾, a viver ao tempo no Mosteiro de S. Francisco, em Paris. Di-lo uma nota do seu punho.

Memorial das coisas que se passaram em Santa Marta — lhe chamou o remetente, a quem D. Isabel de S. Luís a havia pedido em nome do destinatário. Muito velho e cortado de trabalhos, de pobreza

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Arquivo de D. António...* — Peça n.º 258: *Carta de Lourenço Dias Correia a Diogo Botelho*.

(2) Júlio de Castilho afirmou na *Lisboa Antiga* (Parte II, tomo VI, 1889, Lisboa, págs. 75 e 76), ter sido Diogo Botelho, o «Moço», o servidor que D. António, Rei aclamado de Portugal e prior do Crato, teve por veador da fazenda, membro do seu conselho, amigo e testamenteiro. Recordou mesmo a genealogia dos netos de Diogo Botelho, o «Velho», que pertenceu ao conselho de El-Rei D. Manuel I.

Do casamento com D. Isabel de Barros tivera este antepassado dos Condes de S. Miguel, dois varões, de nomes Pedro e Francisco. Casado o primogénito, Pedro Botelho, com D. Joana de Ataíde, filha de Diogo de Melo Castelo-Branco, nascera Diogo, o servidor de D. António.

Pelos caminhos difíceis de uma luta desigual, acompanhou ele ao filho do Infante D. Luís, agora na luta pela sentença de legitimidade, logo no estrangeiro, aqui antes e mesmo depois da morte de seu amo, na relutância em abandoná-lo. Casara com uma prima coirmã, D. Ana da Silva e Ataíde, viúva de Bernardo de Mendanha. As tentativas de manutenção da independência o levaram para longe da Pátria e da família, e as de restabelecimento por lá o mantiveram, sem aceitar um regresso que antevia desditoso.

Há, no entanto, lapso do carinhoso amante das coisas olisiponenses, em dizê-lo o «Moço». A um primo coube no tempo, de facto, o epíteto. Neto também do servidor de D. Manuel, era filho de Francisco Botelho e aparece em Castilho cognominado o «Botelhinho». Bem diferente, podemos imaginá-lo a partir do que dele registou o autor da *Lisboa Antiga* (Parte II, tomo VI, págs. 333 e 334): «...gentil-homem da casa de D. Filipe II, e commendador de S. Miguel e S. Julião de Azurara, governador do Brazil, etc. Casou com D. Maria Pereira filha de Nuno Álvares Pereira, escrivão da fazenda, e depois secretário de estado do conselho de Portugal em Madrid».

e má vida, mas esperançoso e alvoroçado pelas favoráveis novas do tempo, de presumir com tintas sebastianistas, o relator dá uma curiosa súmula em seu testemunho relativo a Santa Maria de Lisboa. Por isso nos ocupamos dele.

Primeiramente — reza a tradição — Santa Marta «foi um recolhimento de orphãs, que por iniciativa do padre jesuita Antonio de Monserrate, el-rei D. Sebastião mandou construir para recolher as orphãs desamparadas, filhas dos seus creados, que tinham sido victimas da grande e terrivel peste que em 1569 assolou Lisboa. O recolhimento foi dotado pelo referido monarca com 20 moios de trigo e 1.000 cruzados de renda.

As recolhidas pretenderam mais tarde tornar a sua casa em convento, á sua custa, e com autorisação do cardeal D. Henrique, que já fôra aclamado rei, lançaram a primeira pedra do novo edificio no dia 6 de fevereiro de 1580.

D. Henrique não chegou a vêr concluido o convento, porque falleceu n'esse mesmo anno. Só em 1583 é que as recolhidas alcançaram o seu desejo, vendo em 5 de novembro terminadas as obras; foi então que vieram os breves do papa Gregorio XIII ao Arcebispo de Lisboa D. Jorge d'Almeida, que tomou o convento debaixo da sua protecção e obediencia, conservando-se depois na dos arcebispos seus successores; a clausura ficou pertencendo á ordem franciscana da regra de Santa Clara.

A primeira abbadessa — tem-se escrito — foi a madre Maria do Presepio, da casa dos condes da Sortelha e da Feira, religiosa professa do convento de Santa Clara, de Santarem, que veiu com duas sobrinhas suas, tambem freiras do referido convento, fundar a nova clausura» (3).

Concordes surgem o testemunho e a tradição de que a primeira abadessa tenha sido da casa dos condes de Sortelha. António da Silveira, filho de Henrique da Silveira e que casou com D. Brites de Mendonça, filha do comendador de Veiros, Serpa e Moura, teve, segundo Felgueiras Gayo, dois filhos: Luís da Silveira e D. Isabel ou Margarida de Mendonça, mulher de Jorge de Melo, comendador de Langoiva (4). Segundo outros, terá havido mais Diogo da Silveira, que se teria perdido numa nau em que vinha da Índia por capitão, e Henrique da Silveira, frade (5).

(3) Esteves Pereira e Rodrigues (Guilherme) — *Portugal-Diccionario...* — Vol. IV, pág. 303 a) e b).

(4) Felgueiras Gaio — *Nobiliário de Famílias de Portugal* — Tomo 26.º. S. d., Braga, pág. 180.

(5) Arg. Nac. da Torre do Tombo — Meneses (D. Francisco de) — *Nobillario* — Apógrafo de Portocarrero — Págs. 192 e 193.

Esse Luís da Silveira casou com sua prima coirmã D. Branca de Mendonça, da qual teve D. Ana de Mendonça, mulher de João de Sousa, alcaide-mor de Tomar, e D. Isabel de Mendonça, mulher de Fernão Coutinho, mariscal do reino⁽⁶⁾. Mais filhos se diz ter tido este casal, morrendo todos solteiros, e que D. Isabel, depois de casada três anos, se apartou do marido por justiça; também D. Ana, mulher de D. João de Sousa, o teria sido antes de Francisco de Távora, reposteiro-mor de D. Sebastião, do qual não tivera filhos⁽⁷⁾.

Como quer que tenha sido (e Felgueiras Gayo não foi bem informado neste particular), Ana e Isabel de Mendonça seriam as duas sobrinhas da abadessa de Santa Marta, como ela freiras de Santa Clara de Santarém, vindas ao iniciar da nova clausura; e a abadessa teria sido no século D. Isabel ou Margarida de Mendonça. Isto, a aceitar a tradição.

A abadessa e a vigária de Santa Marta — disse, porém, Dias Correia — são irmãs e vieram de Santa Clara de Santarém, por mandado do rei D. Henrique, a reformar e fazer o mosteiro. Fidalgas, filhas ambas de António da Silveira e de D. Brites de Mendonça (que viveram à Porta de Santa Catarina⁽⁸⁾), a vigária foi casada com Jorge de Melo, o «Guafo»⁽⁹⁾.

Surpreende assim o testemunho à tradição, dado que a abadessa foi, segundo esta, Maria do Presépio, e o memorial de Dias Correia não fala nas sobrinhas, antes revela uma irmã da abadessa como vigária. Quando parecia podermos concluir que a abadessa fora mulher de D. Jorge de Melo, o seu nome escapa-nos e aparece esta como a vigária de Santa Marta. Isabel ou Margarida? — perguntar-se-á.

Recuemos um pouco, até 1548 apenas. Neste ano, a 3 de Julho, lavrou-se e veio a ser registada na Chancelaria del-rei D. João III de Portugal, uma carta de segurança de arras a D. Isabel de Men-

(6) Felgueiras Gaio — *Ob. cit.*, tomo 26.º, pág. 180.

(7) Meneses (D. Francisco de) — *Ob. cit.*, pág. 193.

(8) Junto à igreja do Loreto, entestava com as cavaliças de El-Rei, que o terramoto arruinou em 1755. Atravessava a rua; foi derrubada em 1702 (Cf. Bautista de Castro — *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* — Tomo III, parte V, 1763, Lisboa, pág. 79).

(9) Tão boas merceceiras do servidor de D. António já por 1605 habitavam uma casa com grande virtude, declarada a primeira da cidade, sem vantagem para a Casa da Madre de Deus. Abrigava 90 religiosas e tinha de pé dormitório e casa de labores, de custo avaliado em 20.000 cruzados, obtidos por esmolas e dotes que, diga-se de passagem, não lhes haviam aliviado a muita pobreza. (Cf. a *Carta de Dias Correia a Diogo Botelho*, acima citada, e, também no Arq. Nac. da Torre do Tombo, *Chancelaria de Filipe I — Privilégios* — Livro I, f. 193: *Provisão, de Filipe I à abadessa e freiras do Convento de Santa Marta de Jesus de Lisboa, para poderem, por 5 anos, pedir esmolas nas partes da Índia, para a sua sustentação e fábrica do dito convento*, de 4 de Março de 1588.

donça, «domzella da R^a minha sobre todas muyto amada e preçada mulher filha de Antonio da sylv.^{ra} do meu conselho» (10).

Treze anos depois, a 10 de Outubro de 1561, em alvará do mesmo rei se declara que D. Isabel de Mendonça, mulher que foi de Jorge de Mello da Silva, do qual não teve filhos, «tem determinado emtrar em Religião e se meter freyra no most^{ro} de santa crara da villa de santarem e por sua may dona breatiz de mendoça ser veuva e ter muitos filhos e muitas necesidades e pouca fazemda p^a as suprir», quer fazer doação da sua fazenda, a qual pode valer sete ou oito mil cruzados. Consigo ela apenas levaria ao mosteiro de Santa Clara 20\$000 de juro perpétuo. Renunciava à mundana legítima e dispunha que o dinheiro seria para os irmãos ou para instituição dum morgado (11).

Se irmãs, como escreveu Dias Correia, a abadessa de Santa Marta e a sua vigária — há que concluir — foram, de início, Maria do Presepio, cujo nome no século fica ignorado, e D. Isabel de Mendonça. Se há lapso do memorialista, elas identificam-se, em louvor da tradição.

Esta tão pouco se refere ao papel dos Botelhos, em que de início se falou. Melhor sorte lhes devia ter já cabido.

El-rei (de presumir o cardeal D. Henrique, que o prendera um dia no castelo e acabara por o expulsar do reino, pela intervenção como procurador de D. António na causa de legitimidade deste (12), tomara a Diogo Botelho uns chãos ali em Santa Marta e fizera-os em seguida vender. Pedro Álvares Pereira, cunhado de Diogo Botelho, o «Moço», os arrematou, por oito mil seiscentos e cinquenta e tantos cruzados, e, ao tomar deles posse, quis alargar esta à capela-mor e a alguns outros que estavam dentro da cerca. Que não, logo alegou o mosteiro, com embargos. Que ele não sucedera na concessão dos ditos chãos e foros, na qualidade de herdeiro de Diogo Botelho, o «Velho», mas sim como comprador, não falando a carta de arrematação nem na capela-mor nem nos referidos chãos. Isto claramente mostrava que el-rei não pretendia vender o mosteiro, o que seria simoníaco.

Uma sentença obtida por este contra Diogo Botelho, o «Moço»,

(10) Arq. Nac. da Torre do Tombo — *Chancelaria de D. João III — Privilégios* — Livro II, f. 285: *Carta de segurança de arras, dada a favor de D. Isabel de Mendonça*, de 3 de Julho de 1548.

(11) *Idem, idem, idem* — Livro V, f. 298: *Alvará, de D. João III a D. Isabel de Mendonça, para poder fazer doação de seus bens*, de 10 de Outubro de 1561.

Sabe-se que a certo padrão de 60\$000 réis de tença veio a renunciar desde princípios de 1558, em favor de sua mãe, e que outro de 100\$000 réis passou em 1555 a ser proveito de António Silveira, filho de seu irmão Luís, sobrinho que até agora não vimos referido em trabalhos genealógicos. Cf. *Idem, idem, Mercês* — Livro LIX, f. 171; *idem, idem, idem* — Livro LXV, f. 15 v.º.

(12) Cf. Castro (Mons. José de) — *O Prior do Crato* — 1942, Lisboa, págs. 64 e 65.

terá mostrado ainda que Diogo Botelho, o «Velho», doara chãos para a fundação do mosteiro. Mas ter-se-á apressado a declarar que nem a Diogo Botelho, o «Moço», competia o padroado, nem ele era sucessor daquele, pelo que também não podia ter pretensões à capela-mor. Se na cerca estavam alguns chãos fora dos que seu avô dera para a fundação, apenas lhe podia ficar e ficava reservado o direito de os demandar.

Assim se reconheceu a liberdade da capela-mor, que o mosteiro entregou a D. Helena de Sousa, mulher que foi de D. Diogo Lopes de Lima, com a condição de fazê-la à sua custa e de a dotar, como dotou, com 92.000 réis de juro na Alfândega de Lisboa, com obrigação de missa quotidiana, por si e por seu marido. As abadessas de Santa Marta recolheriam o juro e cumpririam a dita obrigação e fábrica da capela quando necessário, pé em que as coisas se encontravam ao escrever Lourenço Dias Correia a Diogo Botelho. D. Helena não limitara a sua acção à capela-mor. Ao longo da estrada, erguia-se já, em direcção à porta da igreja, uma morada nobre — o palácio dos condes de Redondo — com tribuna aberta para a mesma capela, donde distintamente ouvia missa ⁽¹³⁾.

Diogo Botelho, o «Moço», progredia entretanto na terra portuguesa, ao calor da protecção castelhana. Ao ser, em 20 de Fevereiro de 1601, nomeado governador geral do Brasil e governador e capitão da cidade do Salvador e capitania da Bahia de Todos os Santos, era membro do conselho e homem que, pelas partes que nele concorriam, poderia e saberia bem servir, como vinha servindo, a espanhóis ⁽¹⁴⁾.

Não consta que a seus chãos e foros de Santa Marta de Lisboa tivesse algum amor. Parte deles, passados anos sobre a sua posse, foi mesmo vendida a Afonso Bocarro, homem de nação, por 900\$000 ⁽¹⁵⁾. Pois por 1605, mais dum ano antes de D. Diogo de Meneses ir para o Brasil como governador ⁽¹⁶⁾, ainda o Botelho andava em demanda com o mosteiro, por um chão de 60 palmos, situado dentro da cerca, da banda de Santo António, o qual, segundo ele, seu avô não dera ao mosteiro. Outros chãos, onde D. Helena tinha as casas ao longo da estrada e os «da lebanha», de que o mosteiro estava de posse, pela razão de se encontrarem da cerca para dentro, eram igualmente motivo de litígio entre ambos.

O mosteiro bem alegava que El-Rei não vendera nem tivera in-

⁽¹³⁾ *Carta de Lourenço Dias Correia...*, acima cit.

⁽¹⁴⁾ Arq. Nac. da Torre do Tombo — *Chancelaria de Filipe II* — Livro IX, f. 234, v.º e seg.

⁽¹⁵⁾ *Carta de Lourenço Dias Correia...*, acima cit.

⁽¹⁶⁾ Arq. Nac. da Torre do Tombo — *Chancelaria de Filipe II* — Livro XIV, f. 342 e seg.

tenção de fazer tal, no que se referia aos que estavam da cerca para dentro; e, quanto aos mais, que haviam sido dados para a própria fundação. Sofreguidão, necessidade que custa a admitir ou menos vontade para com as religiosas de Santa Marta, o facto é que Lourenço Dias Correia, para o desenlear da meada, só via, naquele fim de Setembro de 1605, em que escreveu (17) a Diogo Botelho, um remédio prescrito pelo desejo e que nunca se pôde obter — o regresso a Portugal do extraordinário servidor de D. António, que em França havia de acabar seus dias menos de dois anos após, com desgosto da família e mágoa daqueles que, como ele, não tinham por jóia menos estimada a independência do seu país.

DOCUMENTO

1605, Setembro, 30. — Campolide.

Lourenço Dias Correia informa Diogo Botelho de quanto se tem passado com o Mosteiro de Santa Murta de Lisboa.

Senhor pella srã dona izabel de .s. Luis, soube o gosto / q̄ Vm. teve de saber que era vivo e sempre criado ver- / dadeiro, en toda a parte Assim como o testemunha a srã / dona izabel e assim o dira bastião fig^{ra} que foy a / deradr^a pecoa q̄ de mi se apartou, Novas minhas são / ao presente estar bem e sperando esta vinda, con as / esperanças e alvoroso do sancto simião; m^{to} velho e cor- / tado de trabalhos de pobreza e ma vida; e lembro eu / a V m q̄ se fizer lembrança dalguē q̄ me ponha V m / do seu rol q̄ ja V m a de achar pouquos dos de casa antigos / e verdadr^{os}; A srã dona izabel me dixē q̄ deszeiava / V m hum memorial das cousas q̄ Passarão; en sancta / Marta e são as segintes — / A abba e vigaira de sancta marta são Irmãs, e vierão de / sancta clara de sanctarem per mandado del Rey dom / Anriq̄ a reformar e fazer mostr^o e he elle tal en virtude / que he o pr^o em liss^a e a casa da madre de ds, lhe não / leva nhã ventagem, e tem noventa religiosas e tem / feito hum dormitorio e casa de lavor que terão custado como / vinte mil cruzados, desmolas, e dotes, mas m^{to} pobres; estas / sr^{as}, abba e vigaira q̄ isto sustentão, são fidalguas filhas / que forão de Ant^o da sylvr^a e de dona breitis de mendoça // que viverão sobre a porta de sancta Caterina E estas sam / as melhores meięieiras, q̄ V m nunqua teve porq̄ nisto sam / mui prontas e de cada dia na lembrança — a vigaira / foy casada con Jorge de mello o guaf^o e ella foy dama / da rainha — Relação dos chãos — /

It Primeiramente estes chaos, tomou os el Rey p^a sy e depois / de os ter tomados, os mandou vender E pedralvers pireyra cunhado / do sōr dioguo botelho o moço, lhos fez arematar ao sōr diogo botelho / por presso, de oito mil e seys centos e cinquenta e tantos cru- / zados — /

It feita a compra tomou posse e quiz tomar posse da capela mor, e dal- / gūs chãos que estavam a de dentro da cerqua) a isto veo o mostr^o / com embargos, dizendo q̄ elle não era padroeiro, nem socedera / na cocessão dos ditos chãos e foros como erdr^o do sōr dioguo / botelho o velho, se não como comprador, e q̄ na carta darema- / tação não falava na capella, nem nos chãos do mostr^o por / onde a ttenção del Rey não fora vender o mostr^o E q̄ pera se / certificar mais claramente ser assim ũ a Igreria não se po- / dia vender q̄ era symonia — /

(17) *Carta de Lourenço Dias Correia...*, acima cit.

It Ouve o mostrº sentença contra o sör dioguo botelho o moço / q̄ lhe não competia o padroado, nem era socessor do sör diogo botelho o velho; per onde lhe não competia a capela mor / e q̄ se na serqua estavão algūs chãos fora daquelles que / o sör dioguo botelho o Velho tinha dado pª a fundação do dito / mostrº lhe ficasse seu direito reservado pª os demandar /

It dada esta sentença pello mostrº, deu o mostr a capela mor a dona Illena de sousa, molher que foy de dom diogo Lopez de lima / prª con condição q̄ a havia de fazer a sua custa e a avia de / dotar como dotou de noventa e dous mil rs de Juro Nal- // fangegua desta cidade, com obriguaçã de missa quotidiana / por sy E por seu marido; E que as abbas do dito mostrº serião / obriguadas, a arecadar este Juro e comprir a dita obriguação / e fábrica da capela quando fosse necessario. E neste stado / estaa./

It Dona Illena de sousa alem da capella mor ao Longo da estrada / Peguado com as cassas da lebanha, vindo pª a porta da Igreja / tem feito hũa morada de cassas mui nobres, e de dentro delas / tem hũa tribuna que vai sair a capela mor donde ouve missa /

It e ainda aguora tras o sör diogo botelho o moco demanda com / o mostrº sobre hum chão dūs sessenta palmos que elle / diz, q̄ estão a de dentro da serqua da banda de s^{to} Antonio que / o sör dioguo botelho o velho não deu; e outros chãos onde dona / Illena tem as casas ao Longo da estrada e os da lebanha de q̄ / o mostrº esta de posse por rezão de estar da cerqua pª dentro e a estes / ven dizendo o mostrº que el Rey não vendeo, nē estão na Carta / darematação per onde q̄ a ttencão del Rey não foy vender, os chãos / q̄ estavão da cerqua pª dentro, q̄ os mais erão dados pello sör diogo / botelho pª a fundação do mostrº — /

It depois de passados algūs Annos q̄ o sör diogo botelho o moco pesuio / estes chãos e forros, vendeo parte delles a afonco bocaro homē / da nação por novecentos mil rs — quando se quiz hir pª o / brasyl E isto he o q̄ Passa, trára nosso Sör a V m a este Rey- / no como espero e desatar se ão todas estas duvidas, deste Cam- / polide hoie deradrº de settembro de 605 — /

Criado de V m /

Lourenco dias Correa //

(Endereço:) Ao sör Diogo botelho / na cidade de paris, no Mostrº, de :S: frco — /

(Com letra de Diogo Botelho:) Recebido aos xbiiij / de novembro de 1605 / por via de monsieur / jão zanet //

A BEMPOSTA

(O PAÇO DA RAINHA)

(Continuação do número 61)

por LUIS MOITA

O EXTERIOR

Fachada, portão e adro

A fachada da capela, graciosa e simples, é um típico exemplar dos fins do nosso século XVIII. No seu conjunto sobressaem dois elementos decorativos impressionantes: a bela varanda de balaustres, de elegante traça, e o frontão, em cujo tímpano poderemos contemplar um dos mais belos baixos-relevos de Lisboa. Ribeiro Cristino não tinha mais que admirar que esse pequeno triângulo onde dois anjos ajoelhados, em atitude graciosíssima, de grande unção religiosa, adoram a Virgem — suave orago da capela. O autor ilustre da *Estética Cidadina* classifica esse trabalho notável como saído da escola de Mafra, porventura de Mestre Ginoti, o elemento superior da escultura mafrense.

Trata-se dum trabalho do escultor português Joaquim José de Barros Laborão, que, como disse, acabou as duas esculturas de Santa Isabel e do Baptista, iniciadas por José de Almeida antes de 1769, data em que morreu. A segura visão de Ribeiro Cristino, quanto à qualidade e estilo do tímpano da Bemposta, confirma-a Cirilo, que nos informa haver Barros Laborão ocupado em Mafra o lugar de Ginoti, cujos trabalhos alí continuou.

Tendo Barros Laborão acabado as esculturas de José de Almeida em 1813, julgo possível que o frontão da Capela tenha sido executado também por essa altura. Aquele escultor encontrava-se em Mafra aquando das invasões francesas, em 1807. O Príncipe Regente D. João para ali foi viver em 1806, quando se separou públicamente de D. Carlota Joaquina. O estilo da escola de Mafra, em que Ribeiro Cristino classifica o frontão da Bemposta e a ligação daquele Príncipe às obras desta Capela —, tudo deixa antever que da proximidade de D. João com o escultor, da instalação do Regente no mosteiro mafrense, onde ia viva, ao tempo, a actividade dos imaginários, tenha resultado a encomenda deste trabalho, só executada depois de acalmada a vida do país, uma vez liquidada a aventura de Massena.



A vista que se desfruta da varanda da Capela, a despeito da urbanização feita à sua volta, ainda hoje é aprazível. A ponte descobre-se bom pedaço do Campo de Santana. Em frente o Monte, e à esquerda, a nascente, a Penha de França e o Monte Agudo.



Resta-nos o adro. A sua configuração actual não é a primitiva. A que hoje aqui vemos, bastante graciosa, aliás, foi a consequência das obras de desaterro do «terreiro», na parte que confina com a entrada da Capela, pelo lado poente, obras que ainda hoje se reconhecessem nos passeios elevados, protegidos por gradaria.

— Numa estampa da *Revista Popular*, de 1849, notada por Castilho, vê-se o aspecto do adro na sua expressão anterior à actual. Tinha duas escadarias paralelas à face da igreja, que suspeito fossem as actuais, prolongadas desde o patamar contíguo à porta de acesso ao interior. As obras do desaterro da lombada obrigaram, porém, a dupla escadaria a recurvar-se sobre si, juntando as duas extremidades no mesmo portão contíguo à rua.

Em 1855 a Câmara de Lisboa discutia este problema com o Ministério das Obras Públicas. Em 1860 decorriam as obras; em 62 e 63 Castilho, que frequentava o sítio, encontrou o adro por acabar. Finalmente o desenho para as duas portas de ferro foi aprovado em 1 de Maio de 1865.

O terreiro da Bemposta — Os Arcos — As obras de desaterro — A misteriosa casa do n.º 21.

Sáimos da Capela pelo Largo do General Pereira d'Eça, nome com que foi crismado o velho terreiro do Pátio da Bemposta, depois de ter sido rua «da Escola do Exército» e «da Escola de Guerra».

Convém saber que até 1849 o terreiro era extremado por dois arcos, com suas portas, que à noite se fechavam recolhendo mais a habitação real, que fora, de D. João VI. Uma carta topográfica de Julho de 1828, levantada por Feliciano José Pereira da Silva e de que existe na Escola Militar cópia feita em 1852, permite localizar os portões extintos.

— Na Torre do Relógio, frente à Capela, está hoje montado um observatório para serviços de professores e alunos. Alí é ministrada uma cadeira do Curso Militar.

O relógio, cujo grande disco, praticado no lado da torre comum com o alinhamento da rua, é um belo espécime do nosso século XVIII, trabalhou e trabalha muito bem.

★

Quando o paço, depois de 34, perdeu definitivamente o seu real significado e o palácio, e a capela, foram agitados para nova vida, logo os arcos ficaram condenados. Efectivamente a Câmara Municipal inicia as obras de demolição desses empecilhos da nova e actual artéria, e com elas as do desaterro da lombada que havia a seguir à Capela e de que já vos falei. Tudo levou mais de uma dúzia de anos a concluir.

Mas os arcos não tinham contudo sido derrubados, a lombada do terreiro permanecia no local quando existia ainda, à mão direita da Capela, uma casa misteriosa, que ficava junto da que tem hoje o n.º 21. Cito aqui a habitação modesta, e o seu mistério, por mero apontamento. A barraca humilde, hoje desaparecida também, nada tem que ver com a nossa peregrinação, e voto, ao Palácio e à Capela da Bemposta.

No mísero casebre, conta-nos *Tinop*, recolhia-se a Severa, em alternativas com a Rua do Capelão, quando ao Marialva apetecia beber com ela, pela taça espúria, seus indignos amores. O local da ligação infame entre o fidalgo de pura linhagem e a pobre Maria Severa *Honofriana*, morta de apoplexia em Novembro de 1846, decerto não é conhecido dos «Amigos do Fado», senão aí os teríamos a erguer seu tabernáculo ao lado da secularizada Capela Católica, onde o culto morreu...

A Quinta e os Jardins

O conjunto de propriedades vinculadas e livres adquiridas pela Rainha D. Catarina à viúva de Plácido Castanheda de Moura e depois desses os que livremente comprou e lhe ficaram afins, originou uma quinta enorme, que incluía, além do recinto compreendido pela Escola Militar, um espaço já totalmente urbanizado.

Uma planta topográfica levantada em Julho de 1828, já atrás citada, permite apreciar toda a extensão de terrenos sob o domínio do Almojarifado da Bemposta os quais, partindo do pátio do palácio, pelo lado poente, eram limitados pelas casas do Largo do Mitelo e outras que ao longo do Campo de Santana iam até à Carreira dos Cavalos (Rua de Gomes Freiré). Seguia-se depois à embocadura da Estrada para a Cruz do Tabuado, que se abandonava, à mão direita, pela *Estrada para o Campo Pequeno* chamada a *Azinhaga do Pintor*,

a que hoje corresponde sensivelmente a rua de D. Estefânia. Gomes de Brito, diga-se de passagem, recusou admitir que fosse Pedro Alexandrino o «pintor» a que o nome da Azinhaga dizia respeito.

Aí havia, em recinto quadrado, a praça de touros, num dos cantos da qual a planta apresenta um poço. Depois a quinta, desdobrava-se num pomar cuja extensão ocupava o canto nordeste da propriedade, sítio aonde é hoje o Hospital de D. Estefânia. Aí descia para sul, e toda a orla exterior era plantada de vinha, até que, atingida a quinta chamada a *Horta da Cêra do Conde de Almada*, onde vemos agora romper as ruas de Passos Manuel e de José Estêvão, o muro da quinta da Bemposta recuava, em ângulo recto, no sentido leste-oeste até junto do *Casal chamado do Inferno*, hoje aproximadamente o começo da rua de Joaquim Bonifácio. Daí descia à Mãe d'Água, onde se topava com uma porta da quinta. O muro continuando outra vez no sentido leste-oeste, corria agora ao longo do Campo de Santa Bárbara até ao Cabeço de Bola, para logo envolver algumas casas e horta pertencentes ao Conde de S. Miguel, conjunto este que assim formava uma espécie de enclave no todo heterogéneo da propriedade do Infantado. Aí se atingia a serventia do Cabeço de Bola e, finalmente, o portão leste do pátio do Palácio, que pelo lado sul era limitado por quintais e casas de vários donos.

Extinta a Casa do Infantado foi, como sabemos, instalada no Palácio a Escola Militar. A quinta passou a ter o nome de *Escola Regional do Instituto Agrícola de Lisboa* e servia para aí se ensaiarem os modernos instrumentos e os novos processos que a ciência agrícola ia concebendo. Antes, porém, em 1851, estava arrendada a D. Vitorina Maria de Carvalho, representada pelo seu procurador António André Moreira, pela quantia de 280\$000 réis anuais. A *Escola Regional* transformou-se mais tarde no Instituto de Agronomia e Veterinária, desdobrado já depois da República, e, no seu ramo agronómico, deslocado para a Tapada da Ajuda, onde ainda se encontra. Portanto, a localização actual da Escola de Medicina Veterinária, no enfiamento da rua de Gomes Freire, é uma consequência da instalação, primitivamente feita na quinta da Bemposta, da citada *Escola Regional*.



D. Pedro V, em memória de sua mulher, a Rainha D. Estefânia, mandou edificar à sua custa o hospital que hoje tem o seu nome e cuja área, como acabamos de ver, foi traçada dentro da quinta da Bemposta. As obras começaram em Julho de 1860, isto é, um ano depois da morte da infeliz Rainha. Não chegara o subsídio real para a conclusão da obra piedosa; e assim as Câmaras votaram a quantia ne-

cessária para esse fim, sendo o hospital inaugurado em 15 de Julho de 1879.



Se, como vimos, nas casas adstritas ao palácio os vádios e contrabandistas se instalavam em fins do século XVIII para a sua vida ociosa e irregular, a estes a quinta melhormente lhes servia de abrigo. D. João VI houve de ordenar certo dia uma busca à quinta velha, à horta e ao jardim do Palácio; passou-a o corregedor do crime de Andaluz acompanhado do major da polícia e duma força do mesmo corpo. Numa choupana junto à eira foram presos uns poucos de vádios, entre os quais um tal Miguel Vassalo (¹).



No seu regresso do Brasil D. João VI pensou introduzir importantes melhoramentos na quinta e no jardim, o que não teve a dita de realizar. Apenas temos hoje notícia dum vistoso tanque de mármore, ornamentado com quatro bustos maiores que o natural, representativos das quatro estações do ano. Dele existe, ainda hoje, no Museu Nacional de Arte Antiga, um desenho-projecto, sem indicação de autor. Os bustos sabe-se, porém, serem obra do escultor Faustino José Rodrigues, vivido nos começos do século passado.

Tinha este tanque a forma arredondada, motivo porque, procurando na planta referida do Almojarifado da Bemposta, julgo encontrá-lo localizado, em 1828, na *Horta Ajardinada*, em frente ao pátio das cocheiras, se é que ele chegou a ser construído. Mas outro tanque existiu, esse no centro do jardim trazeiro do palácio, de planta oval e linha exterior trabalhada em arcos de círculo, extremados por ângulos agudos. O primeiro, de complicada pirâmide central, de vistosos repuxos, guarnecido com os bustos das quatro estações do ano, trabalho como disse de Faustino José Rodrigues não dou notícia dele, hoje, em parte alguma. O segundo, esse foi em 1879 transferido para o jardim de S. Pedro de Alcântara, aonde permanece.

(Continua)

(¹) *Tinop. Lisboa de outros tempos*, ed. 1899 — II vol. pág. 139.

VISITA DE ESTUDO

AO CONCELHO DE ALEMQUER

EM 28 DE JULHO DE 1953

Pelo DR. LUCIANO RIBEIRO

O Grupo «Amigos de Lisboa», na sua obra meritória de dar a conhecer aos seus associados o que há pela urbe olissiponense e pelo distrito a que a mesma velha cidade preside, organizou uma visita a localidades que com Lisboa têm, na verdade, relações mult centenárias.

Assim, foi-se de longada até Santa Quitéria de Meca, esse santuário onde se mantém uma tão curiosa tradição de culto há já uns bons sete séculos!

As tradições marcam na vida dos povos marcos indestrutíveis. A tradição de Santa Quitéria de Meca é duma gentileza comovedora.

Advogada dos danados, o culto de Santa Quitéria vem de longe. Conta a tradição que, pelo ano de 1238, aparecera num espinheiro do sítio de S. Brás uma diminuta imagem de Santa Quitéria. No local levantou-se uma pequena ermida onde se entronizou a imagem.

Os milagres da cura de danados, atribuídos a Santa Quitéria, foram tantos e provocaram em todo o país tal admiração e adoração pela Santa, que a concorrência dos fiéis aumentou de modo, que foi necessário fazer uma ermida maior do que a primeira, e essa foi edificada no mesmo lugar em que se levantou a actual igreja. Formou-se, claro está, uma confraria que, pelo decurso dos anos, se tornou uma das mais ricas de Portugal, tais as esmolas e o número de irmãos. Não era ainda a segunda igreja capaz e suficiente para o interesse que a Santa tinha determinado e para as curas milagrosas que havia já realizado, até que reinando a Senhora D. Maria I, a confraria resolveu pedir a protecção de S. Majestade e deu início à construção do magnífico templo que admiramos, construído exactamente no sítio onde era a antiga ermida, tendo a imagem estado entronizada numa capelinha de madeira que se arranhou no lugar onde estão umas mesas de pedra. A igreja de Santa Quitéria é pertença da Basílica de S. João de Latrão, em Roma, e tem, por tal, grandes indulgências e graças espirituais daquela notável Basílica.

O templo é majestoso. Dessa época, ainda com os exemplos de Mafra, e influenciada pela grandiosidade e largueza de vistos de D. João V, podemos receber o monumento de que nos ocupamos. Várias são as coisas a notar neste edifício:

— A própria construção maravilhosa;

— A decoração artística com quadros e tectos de mestre Pedro Alexandrino e da sua escola, sendo digno de notar o da Sala do Capítulo pelo fenómeno de perspectiva curiosíssimo que nos mostra;

— Os azulejos que decoram os corredores;

— A sumptuosidade dos corredores e escadas de acesso ao Altar, pelos quais pode andar e subir aberto o pálio.

Não se sabe quem construiu a igreja nem quanto custou. Nota-se, porém, a semelhança de traça com a da Basílica do Coração de Jesus em Lisboa. A época da construção é paralela ou sequente. Este facto faz-nos propor a lembrança de ter sido o Major Mateus Vicente, discípulo de Mafra, natural de Barcarena, architecto da Casa do Infante e do Senado da Câmara, quem tenha traçado a Basílica de Santa Quitéria.

No cruzeiro estão dois altares: o do Santíssimo Sacramento e o de S. João Baptista, ambos com grandes colunas e capitéis em mármore, e neles, em cada um, um quadro de grandes dimensões, assinados ambos por Pedro Alexandrino, que, como se sabe, foi Pedro Alexandrino de Carvalho, pintor dos mais célebres do século XVIII, nascido em Lisboa, na freguesia dos Anjos, a 27 de Novembro de 1729 e falecido a 27 de Janeiro de 1810, exactamente com 80 anos e dois meses, filho de Lázaro de Carvalho e de Antónia Maria de Matos. Estudou a Arte com João Mesquita, pintor de ornatos e passou à Escola de Bernardo Pereira Pegado, que, não sendo grande Pintor, gozava, entretanto, de certa reputação.

Outros quadros na igreja não assinados, denotam a influência de Pedro Alexandrino, podendo considerar-se da sua Escola.

Os outros altares laterais da igreja são de mais recente construção.

Na sacristia há um quadro sobre o arcaz representando N.^a Senhora da Conceição. O tecto dessa sala é notável. Representa uma galeria cuja perspectiva é de tal modo estudada que empresta à sala um grande pé direito, que, aliás, ela não possui, e que nos dá a ilusão de ser de colunas verdadeiras, pelo movimento de que se animam quando nos deslocamos na sala em qualquer sentido. Em outra que fica no andar superior, e sobre esta, um segundo quadro, também no tecto, dá-nos semelhante ilusão, mas é menos perfeito.

Tem a igreja duas torres, com três sinos dignos de menção, de-

nominados de «S. Sebastião», de «S. José» e de «Santa Quitéria». Foram fundidos em Lisboa, no ano de 1882, por António da Silva, filhos.

O relógio da torre tem corda para 26 horas e foi construído em 1817. Ostenta a seguinte inscrição:

«Rodericus Emanuel e Cunha ilum fecit Olissipone anno 1817».

A igreja é enobrecida por um magnífico órgão feito em 1816 por António Xavier Machado e Cerveira, e tem o número 82.

O tesouro é rico, avultando nele uma Custódia trabalhada, com a luneta cravejada de pedrarias, e um resplendor também de pedras finas.

Possui magnífica paramentaria, composta de casulas, capas, estolas, mitras, etc., de ricos bordados.

Nuns anexos da igreja, há, ao poente, em ruína, uns abrigos para os romeiros que, das quatro partidas de Portugal, ali acorriam. No largo fronteiro está o Cruzeiro.

Há ainda um chafariz, feito com as esmolas dos Romeiros e o auxílio da Confraria, onde se lê a seguinte legenda:

«Com as Esmolas dos devotos e confrades da Gloriosa Santa Quitéria se fez esta obra para cómodo dos romeiros que à sua Igreja a vêm venerar».

Recordamo-nos de ver os círios com seus cavaleiros, carros de toda a espécie puxados a bois, a cavalos, a burros; tudo em romagem de fé e devoção, implorando a Santa Quitéria protecção para os *danados*.

Isto fazia-se anualmente, numa festa em honra de Santa Quitéria, durante a qual o prelado, de cima dos degraus do cruzeiro, dava a bênção aos gados que passavam no adro em torno do mesmo cruzeiro.

Vendia-se — e hoje ainda se vende — o «nastro»: uma fita vermelha benta junto da imagem da Santa, para ser enrolada no pescoço dos animais e os proteger, contra o terrível mal. Registos e meda-lhas também se vendiam em quantidade.

Hoje, a festa de Santa Quitéria ainda se realiza, mas não com aquela grandiosidade que nos recorda bem ter visto.



De Santa Quitéria de Meca, seguiu-se em visita à Igreja de S. Sebastião, no lugar de *Espeçandeira*.

A igreja tem, digno de ver-se: os azulejos de diamantes, seiscen-

tistas, que revestem grande parte da parede; o túmulo de Fr. João Boto Pimentel, da ordem de S. João Baptista, comendador de Távora e Aboim, de Santarém, de N. Sr.^a da Portela, de Vez e de S. João de Valadares. Faleceu a 8 de Fevereiro de 1683. Descendia do desembargador Rui Botelho Boto, filho de Rui Boto, que foi o encarregado da reforma dos forais por D. Manuel.

É notável, na igreja, a escada que vai ao coro, por ser de caracol e não ter eixo central. Tem exteriormente sobre a porta lateral, dois bustos um de D. João II, o outro de D. Leonor.

Encaminhou-se, depois, a excursão para Alenquer.

A vila de Alenquer vem da mais remota antiguidade. As suas colinas, a natureza do solo e a água abundante e magnífica, foram razão suficiente para que aqui tivessem assento todas as civilizações. Desde as épocas mais remotas, na paleolítica, na neolítica, na eneolítica, na dos metais, o homem deixou-nos provas indisputáveis da sua passagem neste local.

O museu que Hipólito Cabaço organizou e hoje é pertença da Câmara e da Junta de Província da Estremadura, prova exuberantemente a nossa afirmativa.

Este museu, que é notável, mereceu ao eminente arqueólogo e Professor do Colégio de França, Abbé Henry Breuil, esta afirmativa:

«Parmi les collections d'industries paleolithiques recueillies dans le Ribatejo, celle de M. H. da Costa Cabaço, à Alenquer, est sans aucun doute l'une des plus importantes et des plus belles».

O eminente sábio fez, ele próprio, a classificação das peças.

Este museu é de tal modo notável que o estudo do paleolítico peninsular não pode ser bem feito sem o conhecimento desta preciosa colecção.

O CONVENTO DE S. FRANCISCO

No alto, dominando em volta, com uma vista panorâmica magnífica ao redor, fica a Igreja e Convento de S. Francisco. Da data da sua fundação, nada podemos dizer. Sòmente encontramos referências a partir de 1212, época em que a Infanta D. Sancha — Santa Sancha — depois da morte de El-Rei seu pai, ali recebeu os santos mártires de Marrocos, Frei Soeiro Gomes — o precursor dos frades dominicanos; Frei Zacarias e Frei Gualter, os apóstolos de S. Francisco.

O espírito da época e o encantamento que lhe produziu a aparência austera e devota destes primitivos membros da Ordem Mendicante, foram razão suficiente para que a infanta os convidasse a fixar residência em Alenquer, tendo-lhes dado o terreno onde hoje se encontra a Capela de Santa Catarina, à entrada da vila, vindo da estrada de Lisboa, pelo ano de 1216. Em 1222, a Infanta cedeu a favor da ordem a sua própria casa e fundou, ali, então um mosteiro.

Este convento de S. Francisco, foi onde se recolheu D. António, Prior do Crato, depois de aclamado rei em Santarém, e onde foi *aceitado, recebido e reconhecido* por verdadeiro Rei e Senhor de Portugal e seus domínios a 22 de Junho de 1580, lavrando-se termo no livro velho dos Acórdãos da Câmara, livro que em 1819 ainda existia.

Chama-se a atenção para o claustro, que está restaurado, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para a porta manuelina da Sala do Capitulo, na qual está o jazigo dos Condes de Arcos e para a porta da igreja que está encimada pelas armas e inscrições de D. Dinis.

Nela estão sepultados os pais de Damião de Góis.

A IGREJA DE S. PEDRO

A Igreja de S. Pedro foi uma das cinco igrejas paroquiais da vila. A data da sua fundação perde-se no tempo. Sabe-se, porém, que em 1241 já era freguesia.

O que pode, também, afirmar-se, é que, na torre há uma evidente reparação feita com tijoleira árabe, que já vimos em ocasião que o reboco esteve caído. Logo foi por essa época feito ali um arranjo, sinal de que existia.

Chama-se, nesta igreja, a atenção para uma imagem de N. S. da Piedade, gótica, esculpida em pedra.

A CAPELA DE DAMIÃO DE GÓIS

No ano de 1941, por iniciativa do notável homem de Estado que foi o Engenheiro Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, transferiu-se a sepultura de Damião de Góis da Igreja da Várzea para esta Igreja. Arruinada a primeira, tornando-se impossível a sua reconstrução na traça primitiva, e sabendo-se que as deslocções do terreno no local determinavam quase periódicamente a ruína do templo, fez-se a transferência completa e túmulo do cronista e polígrafo notável que foi Damião de Góis para esta Igreja, da qual ele foi freguês, e na qual ouvia missa.

A capela está, portanto, como Damião de Góis a descreve e era, o que já não sucedia na Igreja da Várzea, cujo templo tinha sido feito de novo em 1901 por influência dum alenquerense que se chamou Moisés Carmo.

A sepultura de Damião de Góis é de campa rasa, e tem uma inscrição da colegiada dos sacerdotes da Igreja da Várzea, em que se faz a declaração de ter sido deliberado conceder a capela para servir de sepultura a Damião de Góis e a sua mulher, Joana van Hargen e se declara que a capela foi por eles mandada compor em 1500.

Na capela, do lado da Epístola, está o epitáfio do Cronista escrito por ele próprio, e encimado pelo seu busto, e cuja tradução, da pena de Joaquim de Vasconcelos, é a seguinte:

«Ao maior e optimo Deus

Damião de Goes, cavaleiro lusitano fui em tempos; corri toda Europa em negocios publicos; sofri varios trabalhos de Marte; as musas, os príncipes e os varões doutos amaram-me com razão; descanso neste túmulo em Alenquer, aonde nasci, até que aquele dia acorde estas cinzas. Morreu no ano de salvação de 156... Este monumento não passa aos herdeiros».

— A data da morte não acabou de ser esculpida. A parte final foi, decerto, aberta já depois de feito o epitáfio, talvez para evitar que o genro, Luís de Castro, que tanto perseguiu o sogro, ali fosse parar.

Do lado do Evangelho acha-se uma lindíssima lápide com os braços de Armas do Cronista e de sua esposa Joana van Hargen, da melhor nobreza de Flandres. Teve Damião de Góis o cuidado de, na lisonja das Armas de sua mulher, pôr, por escrito os nomes da família representados, por se tratar, certamente de heráldica pouco conhecida entre nós.

Assim: no 1.º quartel tem os dos van Hargen (da Holanda);
no 2.º quartel tem os dos van Oestrum (de Utrecht);
no 3.º quartel tem os dos Suys (da Flandres);
no 4.º quartel tem os dos van der Burch (da Holanda).

No escudo de armas do cronista, as cinco quadernas de crescentes postos em aspa, conforme lhe foi conferido por Carlos V e confirmado por D. Sebastião.

É uma bela escultura, e as pedras de armas são também das mais belas que temos visto.

Sobre este assunto veja-se um estudo notável do saudoso heraldista Afonso de Dornellas na revista «Damianus à Goes».

PASSEIO NO TEJO

Em 26 de Julho deste ano encerrou-se, como de costume, a actividade cultural do nosso Grupo, com o já tradicional passeio no Tejo, este ano realizado a bordo do vapor *Trás-os-Montes*, da C. P., que nos levou, conforme o programa estabelecido na nossa circular n.º 131 e respectivos suplementos, até à Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira, que este ano foi ultrapassada. No regresso fomos até à Barra, com desembarque no Terreiro do Paço, após seis horas de deambulação fluvial.

Em pleno Mar da Palha, o Secretário-Geral, que esta resenha assina, disse algumas palavras de abertura e saudação aos viajantes e apresentou os artistas e oradores que obsequiosamente connosco amavelmente colaboram.

Saudou também a Imprensa, que nos acompanhou como convidada e associou-se à comemoração do 40.º aniversário da primeira representação da revista de costumes lisboetas — *O 31* — em que foi co-autor o nosso Director e consócio Ex.º Sr. Coronel J. Pereira Coelho, actual e ilustre subdirector do *Diário de Notícias*, tendo a propósito lido os versos *Assídua leitora* e *Dez réis*, sonetos da citada revista.

A seguir D. Vicente da Câmara recitou versos sobre Lisboa e cantou, acompanhando-se à guitarra, alguns fados, entre eles o publicado no anterior número do *Olisipo*, da autoria de Matos Sequeira e Pereira Coelho.

À vista da Ponte Marechal Carmona o Ex.º Sr. Eng. Álvaro Lima, da Direcção das Estradas, pronunciou o discurso que a seguir se publica, e após ele e de ter sido ultrapassada a ponte, à vista da Lezíria, foi lido pelo signatário o discurso, que também se publica neste número, escrito pelo nosso consócio Dr. Francisco Câncio.

No resto do passeio a actriz do Teatro D. Maria, D. Gina Santos, recitou, magnificamente, versos do nosso falecido consócio Dr. Alfredo da Cunha e do nosso Director G. Matos Sequeira, alusivos a Lisboa e respectivamente intitulados: *Tagides* e *Fisionomia das cidades*, e a poesia *A despedida* da revista *O 31*.

O nosso consócio Dr. Francisco Loureiro Dinis, o conhecido Luís Manuel, primeiro prémio de 1951 da Emissora Nacional, cantou trechos sobre Lisboa e de música clássica, com o seu costumado êxito.

Todos foram apresentados ao microfone pelo actor Sr. Henrique Santos, do Teatro Nacional.

Foi uma tarde de arte, amena e agradável, que reuniu em convívio fraterno cerca de 600 pessoas, nossos consócios e suas famílias.

Dos Corpos Gerentes acompanharam o Secretário-Geral os Ex.^{mos} Srs. José Francisco de Oliveira, da Secção Cultural e Propaganda; Henrique Marques, da Comissão de Contas e Teodoro Lopes Ramos, da Assembleia Geral.

E. N.

PALESTRA DO SR. ENG. ALVARO LIMA

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Estava eu posto em sossego como a Dona Inês de Castro, há poucos dias, em casa, disposto a atacar aquele inimigo diário que se chama o jantar, quando um retinir de campainha me fez abeirar do telefone. Da banda de lá dos fios aquela voz delicada e gentil que todos nós bem conhecemos do Doutor Eduardo Neves faz-me um convite e uma intimação — porque a um convite do nosso amável Doutor não se pode ninguém esquivar — a qual intimação era dizer algo acerca da ponte de Vila Franca.

E não houve volta a dar-lhe!

E aqui me têm, pelo que lhes não dou os parabéns.

Dito isto, para me desculpar deste meu acto insólito, que não deve ser tomado à conta de atrevimento próprio, vou sacudindo a água do capote perante a certeza do desalinhavado do que vou dizer.

É já prato obrigado dos «Amigos de Lisboa» visitar todos os anos estas paragens, ver os vizinhos com quem mantemos relações de amizade e simpatia, visitar, enfim, terras do Ribatejo!

E metemo-nos rio acima, como sempre, fazendo uma viagem encantadora, vogando suave e alegremente por sobre as águas do Tejo sereno e calmo, como que embalados no regaço de mãe carinhosa, toda embevecida e feliz por ter ao colo os filhos queridos!

E cá estamos! Eis-nos em pleno Ribatejo! De um e outro lado terras planas e férteis, mais dispostas a lavoura e pastorícia que a florestas e baluartes ou castelos.

É terra de paz, embora buliçosa e movimentada.

O Sol corre estas extensões quase sem deixar rasto de sombra, tudo enchendo de vida e cor, tisonando e afogueando os rostos, fazendo borbulhar e ferver o sangue nas veias, quer de homens, quer de animais.

Não se admirará, por isso, que estas terras sejam de valentes lidadores de bravo gado: o meio modela o habitante.

De uma das margens deste vasto lençol de água quase sem fim, mal se enxergam claramente os contornos da outra, e, por isso, as comu-

nicacões entre as gentes de ambas elas eram difíceis e lentas, só possíveis para as quilhas que iam fendendo as águas ao atravessá-las.

Quantos séculos se passaram, quantas civilizações se extinguíram sem se realizar o ansiado abraço entre as duas margens da lezíria!

Por fim, tudo mudou...

Conseguiu-o a nossa geração com a ponte que temos ante os nossos olhos: a Ponte Marechal Carmona, lançada de Vila Franca de Xira para o Cabo.

Já que me pediram para falar dela, é este o objectivo destas palavras sem brilho, palavras de um técnico modesto, que não de um literato.

Descansem, todavia, Vossas Excelências que, como técnico, não irei repetir a descrição da obra, pois já neste mesmo lugar alguém a fez brilhantemente o ano passado, e também na sede dos «Amigos de Lisboa» se fizeram magníficas conferências elucidativas, do maior interesse e colorido. Aqui toda a descrição é descabida, por estarmos em presença da obra realizada e em plena utilização.

Seria talvez curioso passar diante de Vossas Excelências, para algo dizer de menos conhecido, qual tem sido o movimento na ponte, desde a sua abertura ao trânsito, e de o comparar com a passagem de veículos nos barcos do cais do Cabo, antes da ponte construída. Refiro-me apenas aos veículos motorizados, que os outros pouco pesam na balança.

Os barcos deram ali passagem, em 1949, a 42.000 veículos; a 43.300 em 1950; e a 42.500 em 1951, números estes que, como se vê, são quase constantes.

Pois a Ponte Marechal Carmona, apenas desde Março de 1952 até ao fim do ano, isto é, em dez meses, deu passagem a 260.200 veículos, ou seja mais de seis vezes o transportado em barcos num ano!

Todos nós ouvimos dizer que se pretendia, com esta importantíssima obra, descongestionar a travessia do Tejo em frente a Lisboa, derivando para a zona ribatejana a corrente, cada vez mais caudalosa, do grande trânsito entre o norte e o sul do rio.

Do acerto desta previsão resultariam enormes benefícios para a bela região que temos à vista, no seu aspecto económico e de valorização de terrenos, no prisma industrial e urbanístico: seria esta obra a mola real da sua valorização, com prejuízo, decerto, para as características actuais, tão típicas que são únicas como espectáculo de movimento e cor.

Para se poder ajuizar de como a grande obra desviou ou atenuou o volume dos veículos transportados em *ferry-boat*, em frente à capital,

apontarei apenas que em 1942 ali se transportaram 78.000 veículos, e dez anos depois, em 1952, o transporte subiu a 408.000 veículos, ou seja mais de cinco vezes os de dez anos antes!

É, pois, evidente que a ponte de Vila Franca veio satisfazer uma imperiosa necessidade local, permitindo ligações rápidas e cómodas, até ali impossíveis, e atraíu para o Ribatejo forte corrente de circulação, que não deve ter ali sido levada apenas para satisfazer simples curiosidade turística ou deleitamento de olhos sedentos de novos e amplos horizontes e quadros de vivo colorido e animação.

Far-se-á disto alguma ideia ao dizer que a média dos veículos de carga que ali tem passado é muito superior a 9.800 veículos mensais, isto é, a 330 por dia, ou cerca de 120.000 por ano!

Se este número é quase o triplo do total do transporte que se fazia no cais do Cabo em veículos de carga e passageiros!

Por aqui poderemos imaginar qual foi o valor do rápido progresso resultante desta obra para todo o Ribatejo.

E a circulação em frente a Lisboa?

Diminuiu ou atenuou-se, ao menos?

Nada disso. Vai aumentando velozmente, como se verifica da quintuplicação do tráfego em dez anos, aumento que continua sem desfalecimento.

Senhoras e Senhores:

É sempre ingrato, em excursões alegres e de desanuviamento para o espírito, falar de obras do alcance da que temos diante de nós, e chamar para elas a curiosidade de quem anda alheio às repercussões económicas e sociais das mesmas resultantes. Mais ingrato é ainda fazê-lo sem cair na fatal exposição de números que os técnicos teimam em ter sempre presentes, como se não almoçassem e jantassem outro manjar, como se o seu teatro e cinema fossem esses símbolos indigestos e rebarbativos que os outros olham com fastio ou desdém.

Não querendo abusar desta tendência, permiti-me contudo indicar os mínimos indispensáveis para justificar conclusões de interesse geral e cujo conhecimento todos devem ter.

Perdoem-me, ainda assim, se esses poucos que aqui trouxe lhes vão perturbar a digestão ou o sono. Podem continuar a dormir tranquilamente.

Senhoras e Senhores:

Nós, que viemos de Lisboa, mais uma vez, visitar esta região privilegiada e de encantamento, ficaremos decerto impressionados com o

caudal humano, astronómicamente crescente, da afluência a Vila Franca e da importância económica que este ponto de passagem adquiriu desde a realização desta obra monumental, a qual se traduzirá em rápida e vultosa expansão de toda a zona compreendida entre a capital e a vila.

Eu sou optimista; e creio não ser muito ousado prever, dentro de futuro próximo, talvez pouco mais de 20 anos, toda essa faixa povoada de construções sem descontinuidades e tornada arrabalde da cidade e um dos seus braços mais activos.

Iremos assistindo a este desenvolvimento nas visitas dos próximos anos.

Notemos que facilitará esta expansão — pois para isso é que ela se faz — a conclusão da auto-estrada que agora se vai iniciar para, em 1.^a fase, atingir o Carregado.

E, já que estamos em maré de optimismos e previsões, vejamos também o que acontecerá quando se estabeleça nova ligação entre as duas margens do Tejo, junto a Lisboa, pois que a construção da Ponte Marechal Carmona não diminuiu o número de travessias de veículos naquele local.

A título de parêntesis direi a Vossas Excelências que o número de pessoas que ali atravessaram, em 1952, em barcos de carreira subiu a 9 milhões e meio.

Notando mais este número — sempre os embirrentos números! — conjecturemos o que a nova ligação em Lisboa, sem afectar a de Vila Franca, representará de ocupação económica e desenvolvimento de valores e o que será a feição e o aspecto da grande urbe que se nos antolha em plena pujança de desenvolvimento. Teremos então de nos regozijar por sermos «Amigos de Lisboa», a cidade que assim progride e se expande. E concluiremos também que a época presente ficará marcada em fulgentes letras de ouro na história deste glorioso rincão iusitano!

Assim nos deixem trabalhar em paz!

PALESTRA DO SR. DR. FRANCISCO CÂNCIO

Minhas Senhoras
Meus Senhores:

Quis, mais uma vez, a amável e generosa Direcção do nosso Grupo indicar o meu nome modesto, para proferir hoje, neste aliciente passeio, algumas palavras sobre o meu Ribatejo.

Não podia, evidentemente, recusar, embora muitos dos nossos con-
sócios pudessem desempenhar a missão por forma muito mais brilhante.

O facto, porém, de coincidir este passeio com uma data bem que-
rida ao meu coração, impede-me de comparecer pessoalmente, como
seria meu desejo, pois nesta ocasião encontro-me bem longe de Lisboa,
agradecendo desde já à pessoa que ler estas despreziosas palavras
o incómodo que involuntariamente dei, e a todos VV. Ex.^{as} a benévola
atenção que lhe possam prestar.

Traçada no centro de Portugal, a região ribatejana não pode dei-
xar de sofrer — na sua periferia — influências de paisagens e de
costumes que lhe impõem as províncias limítrofes.

Contudo, o Ribatejo é uma província com características próprias
e inconfundíveis, que os Lisboetas, mais do que ninguém, compreendem
e apreciam, porquanto, até, no seu próprio entender, possuem muito de
Ribatejanos.

Do centro do seu território, banhado pelo Tejo, que nele tem toda
a sua imponência e que lhe dá a seiva e a vida magnífica de que des-
fruta, irradia a verdadeira alma ribatejana para os extremos da região,
por tal forma imperiosa que se sente o seu poder traduzido no orgulho
de se fazer parte de um dos rincões mais prósperos, mais abençoados
e mais castiços de toda a Terra Portuguesa. E essa influência é tão
aglutinante e tão profunda que muitas parcelas de território — admi-
nistrativamente arrumadas noutras divisões, como Alcochete, Mon-
tijo e Moita — não deixam de afirmar bem alto que, pelos costumes
e pelo coração, se consideram como fazendo parte do grupo dos con-
celhos ribatejanos.

O centro do Ribatejo é, verdadeiramente, a *Borda d'Água* — em
parte da qual nos encontramos —, que, por uma e outra margem do
Tejo, desce desde as cercanias da fidalga Abrantes até topejar com o
Mar da Palha, que acabamos de percorrer e que empresta à nossa
capital um dos mais belos cenários do Mundo.

A *Borda d'Água*, para o Ribatejo, é como o coração humano, donde
o sangue irradia, dando vida, personalidade e vigor ao corpo inteiro.

A própria capital não se encontra, em absoluto, livre dessa influên-
cia, que, por sua vez, também a exerce, principalmente nas regiões que
lhe ficam mais próximas, alterando-lhe os costumes que a tradição
transmitiu através do tempo e das gerações.

A atestar a primeira afirmação que acabo de fazer — e talvez
para muitos de VV. Ex.^{as} o caso seja inédito —, consta-me que no
Jardim Marquês de Marialva, em frente da Praça de Touros do Campo
Pequeno, se vai erguer um monumento que, possivelmente, formará

um grupo magnífico de força e de destreza, constituído pelo touro e pelo campino.

Considerando este rio, pelo qual, no presente momento, VV. Ex.^{as} navegam — tão mal conhecido dos Portugueses — como o centro da região que focamos, temos, de um lado, na margem direita, a sequência dos amontoados, povoados de vilas e aldeias, de quintas e de casais, a limitarem a planície, que, mais para o norte, se alarga, rasgada por valas e por ribeiras fecundantes.

A coroar as extensas lezírias — onde a vista só encontra limite na aparente união do céu e da terra — ficam, já a distância, as duas cidades de gloriosas tradições: Santarém e Abrantes, arrumadas nos seus planaltos e emolduradas por oliveais, que a literatura e o folclore tornaram famosos.

Na região da margem direita a cultura é mais variada e a propriedade mais dividida.

Ao lado da seara de trigo encontram-se hortados e pomares, extensos oliveais, cujas árvores têm as folhas lanceoladas da cor do aço embaciado, salpicadas de negro brilhante, quando o fruto está maduro e promete safra compensadora.

O trigo, o azeite e o vinho — o pão, a luz e a alegria do coração do homem — são as três maiores riquezas agrícolas do Ribatejo.

De onde a onde erguem-se pinhais e sobreiros, abrem-se arneiros por onde as manadas de gado bravo e manso pastam a erva que Deus manda criar.

Deste lado, da margem direita, ousa chamar a atenção de VV. Ex.^{as} para esta risonha e próspera Vila Franca de Xira, que mantém com caracterizada primazia grande parte da tradição da festa brava em Portugal, e, mais para baixo, junto à minha Alhandra natal — a Alhandra que Garrett cognominou de *Toureira* e que foi berço do grande Afonso de Albuquerque — numa breve colina às cavaleiras do aglomerado constituído pela fábrica de Cimento Tejo, o curioso monumento erguido à resistência do exército anglo-luso, na defesa de Lisboa, ante os exércitos franceses do comando de Massena, que viu para sempre empalidecer o cognome de *Filho querido da Vitória*.

Sobre uma alta coluna encontra-se a figura de Hércules, encostado à potente clava.

«Non ultra» — lê-se na base do monumento — e não passaram além...

Do local avista-se um dos mais belos e dos mais vastos panoramas, em nada inferior ao que se admira das afamadas Portas do Sol, em Santarém.

Na margem esquerda, a propriedade é menos fragmentada. Por toda a parte se vêem searas de trigo que parecem oiro ondulante no decair de Junho; favais donde se evolvam perfumes suaves, quando a Primavera matiza a campina de colorizações magníficas; extensas pastagens onde se cria e vive o gado bravo, os cavalos ligeiros — que os antigos diziam fecundados pelo vento — as ovelhas prestáveis, a devota capela de Nossa Senhora de Alcamé, quase fronteira a Alhandra, onde se faz a mais colorida e a mais castiça romaria do Ribatejo.

Nestas partes, o campino é o rei, incontestável, pelo tipo e pela alma.

Por vezes, nos Invernos inclementes, o Tejo galga os valados das margens e alastra-se pelos campos.

Verifica-se, então, o maior paradoxo do Ribatejo — é a miséria e é a abundância.

As culturas são, por vezes, destruídas, os prejuízos tremendos, a falta de trabalho imobiliza milhares de homens, que olham o vasto lençol de água que se estende a perder de vista, auxiliando com frequência, abnegadamente, o salvamento das manadas e dos rebanhos em perigo, os haveres de vária espécie e até o bem insubstituível das vidas humanas.

Contudo, a inundação é sangue novo que a terra recebe e que a vai tornar mais fecunda e mais rica.

O rio, em breves dias, volta ao leito normal e, nos campos, de novo, se entoa o hino do trabalho.

As charruas rasgam a terra e o sementeiro, no seu largo gesto — como se abençoasse — lança a semente que, dentro em pouco, germina e cresce e floresce, transformada em Pão e em Luz, em Vida e Alegria.

O homem do Ribatejo é sóbrio, trabalhador e valente.

O seu símbolo é o campino.

Justificadamente se pode afirmar que o seu traje é o mais belo de Portugal.

Quando ele passa, cavalgando a faca ligeira, felpuda e resistente, de pampilho ao alto, meia branca, calção e jaqueta azul e o colete encarnado, passa o Ribatejo inteiro.

Quando — por noites luarentas e calmas — em plena lezíria, o vento sussurra mansamente nos juncais e nos parcéis, trazendo os aromas leves das searas distantes, e se escuta o *harmónio* ou a *gaita de beijos* tocando *fandangos* e *verdegaios* a animar sapateados másculos, junto ao terreiro da arribana, assiste-se a um dos mais belos quadros que podem ser presentes à visão e à alma de um artista.

Tudo ali é belo, desde a lua que se espalha nas águas quietas das abertas e dos charcos, a um ou outro chocalhar de manada em repouso, até à música que se dilui nos longes da lezíria, ao bater das sapaterras dos campinos e ao recortado dos seios redondinhos das moçoilas, bem apertados nas blusas de cores vistosas.

O Ribatejano até no sangue traz sol.

Sol que bebe enquanto labuta de manhã à noite, enquanto cavalga, no meio de nuvens de poeira, lezíria fora, conduzindo a manada dos touros na *ponta da unha*, aos gritos: — *Hoi... Hoi...* — que são como um cântico de vitória do poder da destreza e da inteligência sobre a força bruta, dominada à vontade férrea do pampilho que traça o caminho às feras.

O Ribatejo, talvez, por tudo quanto rãpidamente esbocei perante a benévola atenção de VV. Ex.^{as}, para nós, os Ribatejanos, é, naturalmente, a província de Portugal que tem o melhor pedaço dos nossos corações e o maior enternecimento das nossas almas.

FEIRA DA LADRA

UMA SÉRIE DE ALVITRES

*D*O nosso consócio sr. Armando Gonçalves, que é um dos mais antigos «Amigos de Lisboa», recebemos uma carta em que são tocados vários assuntos de interesse cidadão.

Felicita-se, como nós todos, pela deliberação municipal de conservar-se a «casa de Pedro Teixeira», no Alto da Ajuda, não só por estar ligada à história do reinado de D. José, como ainda pela curiosidade das suas chaminés cupulares, já tão raras em Lisboa, e chama a atenção acerca da conveniência de se tirar a argamassa que reveste a Torre de S. Pedro de Alfama e para o interesse que devia ser a Ermida de Santa Luzia franqueada ao público, a fim de se admirarem os túmulos que lá estão. Ainda o sr. Gonçalves lembra que se acuda ao portal Manuelino que está na Travessa de Lázaro Leitão, e faz votos para que se ajardine e componha como deve ser o recinto junto à Torre de Belém.

São judiciosas as suas observações, e acreditamos que sejam ouvidas por quem de direito. Já está no plano de Alfama o desencasque da Torre de S. Pedro, e, quanto à Ermida de S. Brás e Santa Luzia, já, também, providências estão dadas, incluídas no plano geral das obras que se começaram a efectuar, quanto ao desafogo do aruamento, e

abertura de novos miradouros sobre o Tejo.

O sr. Armando Gonçalves, que já tem salvo alguns painéis de azulejos (nas ruas das Gáveas e Barroca), aponta também como dignos de protecção os que estão na sacada interior de um prédio na Travessa do Arco da Graça, e os que ainda permanecem na Rua do «Diário de Notícias», Rua das Farinhas, Travessa do Oleiro, Rua do Comércio e Travessa da Água de Flor. Da mesma forma lembra que se não deixem arrancar lápides de foros, quando das obras dos prédios, dado que elas constituem elementos documentais de importância.

CONTRA OS «CAIXOTÕES»

*D*O sr. General Raul Esteves presidente substituto da Direcção deste Grupo, recebemos a seguinte carta, que gostosamente se publica:

«... Senhor. — Como velho lisboeta, de secular tradição de família, peço licença para chamar a atenção da Direcção dos «Amigos de Lisboa» para a interessante e justa local com que abre hoje a secção *A Cidade*, do jornal *Diário de Notícias*.

Na verdade, já era tempo de protestar enérgicamente contra a barbarie provinciana com que se tem transformado este «Jardim da Europa» num pesado e inestético armazém de caixotões, com

o único fim de transferir para Lisboa toda a população da província.

Aqui, no meu bairro, têm sucedido casos absolutamente idênticos, desaparecendo várias elegantes e floridas moradias que animavam a vista, para serem demolidas e substituídas pelos absurdos caixotões.

O descaramento desses pseudo-construtores provincianos já chegou ao ponto de virem a minha casa propor-me a compra desta moradia, para a demolirem e construir, em seu lugar, um desses abortos da arquitectura urbana hoje em vigor.

Eu quero crer que aos verdadeiros «Amigos de Lisboa» a alguma coisa deveria interessar este momentoso assunto, bem mais importante para a nossa cidade natal do que outros em que se manifesta a sua actividade de hoje.

Com toda a consideração

De V., etc. — 18-7-953 — *Raul Esteves*
(Sócio do Grupo «Amigos de Lisboa»).

Quer-nos parecer que as lamentações justas dos que vêm perder a Capital o seu pitoresco característico, a troco de uma plantação incessante de imóveis inexpressivos, são pouco menos de inúteis. A inovação é de uma ferocidade alarmante, e a vida de uma exigência cada vez maior. Quintais floridos, verduras entremeando as moradias, tendem a acabar. O terreno vale de forma que as tentações de venda aumentam cada dia. As árvores dos arruamentos já despertam animadversões. O trânsito é um inimigo de temer. Derruba tudo para que as rodas passem. É pena, mas é assim mesmo.

A ROCHA DO CONDE DE ÓBIDOS

A Rocha do Conde de Óbidos é aquele enorme penedo sobranceiro ao moderno Aterro, onde, meado o século XVII,

o Vice-Rei D. Vasco de Mascarenhas, 1.º conde de Óbidos, fez construir o palácio em que no século passado esteve durante muitos anos o Clube Inglês, e hoje é propriedade da Cruz Vermelha.

Ora, caso curioso, os carros eléctricos que levam o letreiro «Rocha», são precisamente os que por lá não passam, e seguem cá por baixo pelo Aterro.

Que os que seguem lá por cima, vão pela «Pampulha», está bem, pois a íngreme calçada que naquele ponto tomou o nome do Presidente Arriaga, passa em cima do rochedo; mas os que seguem por baixo, pelo terreno conquistado ao rio, vão pelo «Aterro» ou, se acharem mais bonito, pela «Rua 24 de Julho».

Pela «Rocha» é que não. Passam-lhe ao pé ou, se preferem, no sopé.

J. M. Cordeiro de Sousa

TIPOS POPULARES DO BAIRRO ALTO

I — O «Bombinhas»

O S veteranos que há meio século frequentavam os botequins deste característico bairro, decerto se lembram do célebre Bombinhas, fadista completo no seu vulto rigoroso, bela jaqueta de Astracã, culça excessivamente justa à perna, terminando em boca-de-sino, chapéu de aba larga, todo caído para a nuca, puzando sempre ao lado as fartas melenas que lhe pendiam da testa, bamboleante no andar, olhar mortíço, paivante ao canto dos lábios e fanfarronice em barda.

Era nesse tempo o terror destes sítios, sendo afinal, como o vulgo diz, «um pobre diabo»; inofensivo, procurando sempre evitar desordens, mesmo incapaz de manejar uma navalha. Os companheiros temiam-no pela sua excentricidade, quan-

do intervinha em qualquer zaragata, levada sempre de vencida ao fazer estoirar entre os contendores, potentes bombas de Santo António, que acendia no seu inseparável cigarrinho de lepes; eis a razão por que lhe chamavam o Bombinhas, alcunha que o fazia irritar e correr atrás dos rapazolas quando, de longe, o desafiavam, e, desesperado, então brava: «Cobardes, têm medo de mim porque sou o último fadista do Bairro Alto».

Certo dia, alguns companheiros, por mau porte, armaram-lhe uma cilada numa pequena lojeca de bebidas, nesse tempo existente na Travessa dos Fiéis de Deus, n.º 68; foi o caso de os mario-lões terem simulado uma desavença entre inimigos, indo logo alguém procurar o Bombinhas para intervir na refrega com as suas infalíveis bombas terroristas; porém, quando o popular fanfarrão assomou à porta da locanda applicaram-lhe tal sova que o deixaram muito abalado, tendo de permanecer durante meses no catre de um Hospital, e desde então,

nunca mais foi o homem pimponeante que muitos conheceram.

Num encontro casual que certo dia tive com um antigo frequentador deste bairro, relembrando a nossa mocidade, falou-se no Bombinhas, que ele também conheceu e temia pela sua excentricidade bombista, abalando dos sítios que frequentava logo que o via aproximar-se.

Nos últimos anos da sua vida encontrava-o habitualmente junto de um botequim existente nesse tempo na Rua da Rosa, esquinando para a Travessa dos Inglesinhos (onde hoje se vê uma pequena drogaria). Com a sua estatura alta, mirrado por doença que não perdoa e, sempre bamboleando, quando era desafiado pelo rapazio, este tipo popular, apesar de velho e alquebrado, ainda fanfarro-nava no seu habitual estribilho:—«Cobardes, têm medo de mim porque sou o último fadista do Bairro Alto».

Teodoro Lopes Ramos

ÍNDICE DO 16.º VOLUME — 1953

	Pág.
NORBERTO DE ARAÚJO, por <i>Matos Sequeira</i>	3
A CAMPA DO DESCOBRIDOR DA ÍNDIA, por <i>J. M. Cordeiro de Sousa</i>	5
MANUEL DA MAIA E A PLANTA DE LISBOA, por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	8
O MUSEU MILITAR, por <i>Henrique Marques Júnior</i>	17
A BEMPOSTA (O PAÇO DA RAINHA), por <i>Luís Moita</i> ... 30 e	202
COLECTÂNEA DE JORNAIS..... 34 e	103
VISTAS DE LISBOA, por <i>António de Aguiar</i> 49, 119 e	155
FEIRA DA LADRA..... 58, 125, 190 e	222
ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» durante o ano de 1952.....	63
ALBERTO MAC-BRIDE, por <i>Gustavo de Matos Sequeira</i>	67
AS ÚLTIMAS PREOCUPAÇÕES OLISIPONENSES DO DR. ALBERTO MAC-BRIDE, por <i>Eduardo Neves</i>	68
A ARQUITECTURA DE LISBOA:	
INTRODUÇÃO, por <i>Eduardo Neves</i>	71
GENERALIDADES, pelo <i>Arq. Raul Lino</i>	73
NEM TANTO AO MAR, NEM TANTO À TERRA, pelo Prof. <i>Armando de Lucena</i>	83
A FATALIDADE DO TEMPO, por <i>Matos Sequeira</i>	95
A ESTÉTICA HISTÓRICO-MARÍTIMA DA CIDADE DE LISBOA, pelo <i>Comandante Jaime do Inso</i>	131
PARA A HISTÓRIA DA PRAÇA DA FIGUEIRA, por <i>Carlos Alberto Lopes Teixeira</i>	145
CURTO PASSEIO NA VELHA LISBOA, por <i>Teodoro Lopes Moura</i>	151

	Pág.
PASSEIO NO TEJO EM JULHO DE 1952, por <i>Eduardo Augusto da Silva Neves</i>	160
MAIS TRÊS EXPOSIÇÕES OLISIPONENSES — Maio-Junho de 1953	171
— Primeira Exposição: Registos de Santos Olisiponenses, palavras de <i>Eduardo Augusto da Silva Neves</i>	172
— Segunda Exposição: Evocação de obras olisiponenses do Pintor Alfredo Keil, conferência por <i>Diogo de Macedo</i>	174
PRIMEIRO SALÃO FOTOGRÁFICO «AMIGOS DE LISBOA».....	182
VISITA DE ESTUDO ÀS INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOSÉ, EM 18 DE JANEIRO DE 1953 — PALESTRA PELO PRESIDENTE DA JUNTA, <i>J. Bruges d'Oliveira</i>	184
SESSÃO DE CINEMA OLISIPONENSE NA «CASA DAS BEIRAS» EM 23 DE ABRIL DE 1953 — Palestra por <i>Jaime Lopes Dias</i> , seguida de algumas palavras pelo Secretário-Geral, <i>Eduardo Augusto da Silva Neves</i>	187
SANTA MARTA DE LISBOA numa Carta-Memorial de 1605, por <i>Mário Nunes Costa</i>	195
VISITA DE ESTUDO AO CONCELHO DE ALENQUER, por <i>Luciano Ribeiro</i>	207
PASSEIO NO TEJO, EM JULHO DE 1953 — Palestras pelo <i>Eng. Álvaro Lima</i> e <i>Dr. Francisco Câncio</i>	213

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

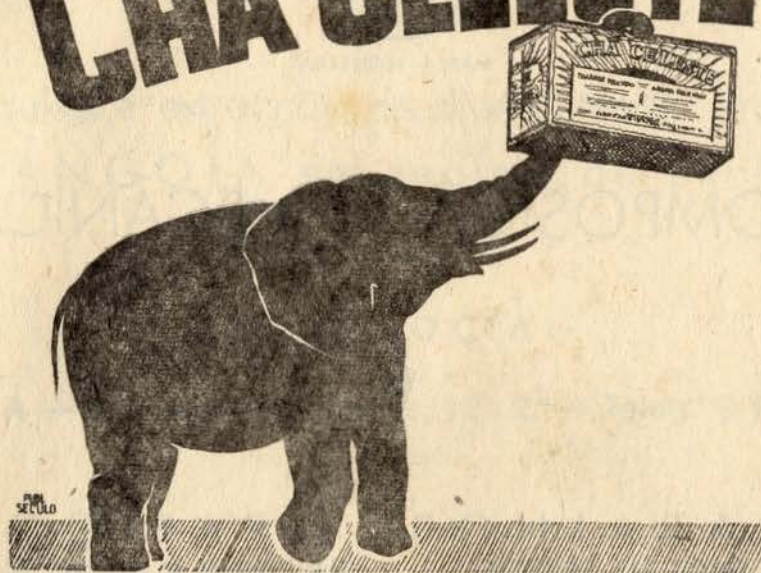
GRANDES E
PEQUENAS
QUANTIDADES



Livraria Garrett, 36

L I S B O A

CHÁ CELESTE



A T E N Ç Ã O

A OURIVESARIA **Miguel A. Fraga, L.^{da}** R. da Palma, 26-28

Participa aos seus amigos e clientes que já se encontra nas novas instalações, no

PAVILHÃO DOS OURIVES

(Largo Martim Moniz, 18)

Onde continua a vender OURO, PRATA, E JÓIAS a baixos preços.

Telefone 2 8503

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA



COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



151, RUA DO SALITRE, 155—LISBOA
TELEFONE P B X 53173/4

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Província
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda Representação em Luanda

Director geral

José Tavares Paulo

Representante

Cap. Mário Augusto da Costa

Os «Amigos de Lisboa»

preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa



Domingos de Lisboa



MIRADOURO DE SANTA LUZIA

DEBRUÇADO sobre Alfama, o miradouro de Santa Luzia é uma verdadeira janela para a cidade antiga. Com o Tejo ao fundo, e as ruas sinuosas do velho bairro a descerem pela encosta que vai dar ao Terreirinho, a paisagem que se avista de Santa Luzia é de um encanto único e de um raro poder evocativo.

Do cimo deste Miradouro, onde se encontra um busto de Júlio Castilho, pode-se admirar um dos mais variados e deslumbrantes panoramas de Lisboa, e envolvermo-nos simultaneamente num verdadeiro halo da graça alfacinha, nas suas fortes sugestões de graciosidade e pitoresco

PASSAM JUNTO DESTA MIRADOURO

OS ELÉCTRICOS DAS CARREIRAS 10 E 11



Sociedade Geral

de

Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Carga e expediente: Rua do Comércio, 39 Telefone: 30551

FROTA

n/m ÁFRICA OCIDENTAL	1.560 T.	n/m CARTAXO	1.376 T.
n/m ALCOBAÇA	9.588 T.	n/m COLARES	1.376 T.
n/v ALCOUTIM	10.526 T.	n/m CONCEIÇÃO MARIA	2.974 T.
n/m ALENQUER	6.588 T.	n/m CORUCHE	1.376 T.
n/m ALEXANDRE SILVA	3.215 T.	n/v COSTEIRO	900 T.
n/m ALFREDO DA SILVA	3.643 T.	n/m COSTEIRO TERCEIRO	1.426 T.
n/v ALFERRAREDE	2.118 T.	n/m COVILHÃ	1.376 T.
n/m ALMEIRIM	9.588 T.	n/v CUNENE	9.800 T.
n/v AMARANTE	12.600 T.	n/v FOCA	2.060 T.
n/m AMBRIZETE	9.245 T.	n/v INHAMBANE	9.619 T.
n/m ANA MAFALDA	3.643 T.	n/v LUSO	10.125 T.
n/m ANDULO	9.245 T.	n/v MARIA AMÉLIA	3.005 T.
n/m ANTONIO CARLOS	2.974 T.	n/v MELLO	6.253 T.
n/m ARRAIOLOS	9.588 T.	n/v MIRANDELA	8.280 T.
n/m BELAS	7.259 T.	n/m SÃO MACÁRIO	1.221 T.
n/m BORBA	7.259 T.	n/v SAUDADES	6.430 T.
n/m BRAGA	7.224 T.	n/v SILVA GOUVEIA	1.353 T.
n/m BRAGANÇA	7.224 T.	n/v ZÉ MANEL	1.240 T.

TOTAL: 196.277 TONELADAS

REBOCADORES:

«AFRICA», «CINTRA», «ESTORIL»,
«FREIXO», «SÃO CRISTOVÃO»,
«SOURE», «PRAIA DA ADRAGA»
E «PRAIA GRANDE»

33 Batelões (7 de 500 T., 24 de 400 T. e 2 de 250 T.).

25 Fragatas de (2.300 T.)

1 Barca de água (250 T.)

1 Draga «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m³ cada

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

n/m «Rita Maria» de 3.600 T. e para 70 passageiros e n/m «Manuel Alfredo» de 3.600 T. e para 12 passageiros

CARREIRAS DE LISBOA PARA:

NORTE DA EUROPA • NORTE DE ÁFRICA • CABO VERDE • GUINE • ANGOLA
ARGENTINA • ESTADOS UNIDOS • TERRA NOVA • GROENLANDIA
E COSTA DE PORTUGAL

A COMPANHIA QUE MAIS NAVIOS TEM AO
SEU SERVIÇO, CONSTRUÍDOS EM PORTUGAL
NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA UNIÃO
FABRIL NO BARREIRO E EM LISBOA

Telef. 2 0244

Teleg. PAPELCAR

PAPELARIA
CARLOS

DE — CARLOS FERREIRA, L.DA

34, RUA DO OURO, 38

LISBOA

Especialidade em livros para ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para DESENHO E ESCRITÓRIO

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º

Telefone 2 6251 — PORTO

Porcelanas da Vista Alegre

Já há seis gerações que os lisboetas as apreciam

==== LARGO DO CHIADO, 18 — LISBOA ====

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de África

SEDE
RUA DO COMÉRCIO, 85
LISBOA

SUCURSAL
RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,
Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Moçambique»	18.220 Ton.	«Sofala»	18.520 Ton.
«Angola»	18.250 »	«Moçâmedes»	12.990 »
«Quanza»	11.550 »	«Rovuma»	12.990 »
«Luabo»	3.030 »	«S. Thomé»	12.550 »
«Zambézia»	3.538 »	«Nacala»	5.130 »
«Lúrio»	3.538 »	«Tagus»	2.320 »
«Índia»	11.400 »	«Angoche»	1.950 »
«Timor»	11.400 »		Em construção
«Save»	2.680 »	«Niassa»	10.000 Ton. D. W.

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

VINHO DO PORTO

«GRAHAM»

«Emperor»
«Five Crowns»
«Six Grapes»
«Imperial Dry»

— «Tawny» Velhíssimo
— Muito velho e sêco
— «Vintage» Velho do casco
— «Ruby» Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 26961/2

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

TOSSE ?

HORAS CALMAS



COM

BENZO-DIACOL